



Trabalhos Científicos

Título: Caracterização Dos Casos De Sífilis Congênita E Seus Desafios Para As Políticas De Saúde Pública No Brasil Entre 2007 E 2013.

Autores: FÁTIMA LÚCIA GUEDES (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO); ISABELLA GOMES SANTOS (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO); DANILO JORGE DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO); TAMARA RESENDE COSTA (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO); MARIANA CARDOSO SEGATO (UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO)

Resumo: Introdução: A sífilis congênita (SC) persiste como um desafio para a saúde pública brasileira apesar de ser uma morbidade de eliminação factível. Desde 1986, é de notificação compulsória no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Em 2003, observou-se 2,7 óbitos/100 mil menores de 1 ano, demonstrando um controle insuficiente do agravo em todo país. Diante disso, o Ministério da Saúde lançou em 2012 a campanha de incentivo ao diagnóstico, tratamento e prevenção de sífilis materna – Campanha de Mobilização Nacional de Prevenção e Testagem de Sífilis, HIV e Hepatites Virais. Objetivo: caracterizar a dimensão da SC em âmbito nacional e avaliar o impacto de políticas públicas entre 2007-2013. Métodos: Análise de dados secundários de notificação de SC entre 2007 e 2013 obtidos no SINAN. Com os dados coletados, investigou-se: relação da morbidade e escolaridade materna, tratamento do parceiro e realização de exame pré-natal. Taxas foram calculadas através de dados do Sistema de Informação Sobre Nascidos Vivos (SINASC), além da população feminina em idade fértil do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Resultados: Observou-se um número crescente de casos de SC entre 2007 e 2012, com evolução de 178,3 a 389,8 casos/100 mil nascidos vivos. Em 2013, houve brusca redução de casos no segundo semestre, possivelmente atribuível ao sucesso da campanha. Filhos de mães que não realizaram pelo menos uma consulta pré-natal mostraram chance 11,4 vezes maior para SC em relação àqueles cujas mães realizaram o pré-natal ($p < 0,001$). Além disso, escolaridade materna revelou-se fator protetor para a morbidade e a proporção de crianças acometidas foi maior em gestações em que o parceiro não foi tratado concomitantemente à gestante. Conclusão: Diante desses resultados, infere-se que a campanha proporcionou modificações no cenário da SC, reforçando a importância das campanhas como instrumentos de política pública de saúde.